

**A. I. Nº** - 088444.1211/06-4  
**AUTUADO** - ANTÔNIO DA SILVA  
**AUTUANTE** - DERNIVAL BERTOLDO SANTOS  
**ORIGEM** - IFMT DAT/ SUL  
**INTERNET** - 22/05/07

### **3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

#### **ACÓRDÃO JJF Nº 0153-03/07**

**EMENTA:** ICMS. INSCRIÇÃO CADASTRAL. OPERAÇÃO INTERESTADUAL PRATICADA POR CONTRIBUINTE COM INSCRIÇÃO CADASTRAL CANCELADA. TRÂNSITO DE MERCADORIA. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO POR ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. O tratamento previsto para os contribuintes com inscrição cancelada é o mesmo que se atribui a contribuinte sem inscrição, ou a mercadoria sem destinatário certo, por isso, é devido o imposto por antecipação. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

#### **RELATÓRIO**

O Auto de Infração, lavrado em 31/12/2006, refere-se à exigência de R\$873,91 de ICMS, acrescido da multa de 60%, por falta de recolhimento do imposto na primeira repartição fazendária da fronteira ou do percurso, sobre mercadorias adquiridas para comercialização, procedentes de outra unidade da Federação, por contribuinte com inscrição estadual inapta.

O autuado, por meio de advogado, apresentou impugnação (fls. 27/29), alegando que é um vendedor ambulante devidamente inscrito na Secretaria da Fazenda deste Estado, e no cálculo efetuado pelo autuante não foi observado o valor correto do crédito a ser deduzido do imposto exigido, uma vez que foi computado o crédito à alíquota de 7%, quando o correto é 12%, conforme consta na Nota Fiscal, tendo em vista que o lançamento do imposto no documento fiscal ocorreu à alíquota de 17%. Informa que recolheu o imposto no valor que considera correto de R\$547,82, conforme demonstrou à fl. 29 do PAF. Pede que o presente Auto de Infração seja julgado parcialmente procedente, devendo ser alterado o imposto exigido de R\$873,91 para R\$547,82, conforme DAE comprobatório do recolhimento à fl. 45. Requer provar o alegado por todos os meios em direito admitidos.

A informação fiscal foi prestada às fls. 49 a 51, pelo Auditor Silvio Chiarot Souza, com base no art. 127, § 2º do RPAF/99, que opinou pela procedência da autuação, dizendo que os arts. 661 e 667, do RICMS-BA dispõem sobre os depósitos fechados, não estando prevista a existência de operações com esses depósitos em unidade da Federação diversa do estabelecimento depositante, como procede o remetente das mercadorias objeto da autuação. Entende que nas operações realizadas, os produtos saem de São Paulo, mas são negociados diretamente com o contribuinte remetente em Mato Grosso do Sul, e o correto é cumprir o disposto no capítulo do RICMS relativo aos Armazéns Gerais. Diz que não é possível a adoção de depósito fechado em unidade da Federação diversa do estabelecimento depositante, e para esses casos, o contribuinte deve recorrer aos Armazéns Gerais, que destacarão e se responsabilizarão pelo imposto devido, sendo a alíquota aplicável aquela do Estado em que esteja localizado o armazém geral. Esse entendimento está de acordo com o RICMS-BA, e Lei Complementar 87/96, aplicável ao remetente, conforme art. 11, I, “a”, que dispõe sobre o local da operação para cobrança do imposto e definição do estabelecimento responsável, como sendo aquele em que se encontrem os bens no momento da ocorrência do fato gerador. Cita o § 5º, e destaca que o art. 12, I da mencionada Lei, considerando ocorrido o fato gerador no momento da saída da mercadoria do estabelecimento de contribuinte, e o art. 4º desta mesma Lei Complementar 87/96, prevê que o

armazém geral é contribuinte e responsável pelas mercadorias saídas desse depósito para outro Estado. Portanto a alíquota aplicável é 7%, porque o estabelecimento está localizado no Estado de São Paulo. Assim, entende que não houve erro em relação ao crédito considerado pelo autuante no cálculo do imposto exigido no presente lançamento. A Nota fiscal em que deveria ser feito o destaque do ICMS foi emitida pelo depósito, como contribuinte, e a nota emitida pelo depositante viria sem destaque do imposto, conforme art. 673, do RICMS-BA. Afirma que a defesa é coerente ao recolher o imposto que considera devido, conforme Documento de Arrecadação que acostou aos autos. Finaliza, pedindo a procedência do presente lançamento.

### **VOTO**

Da análise acerca das peças e comprovações que compõem o processo, constato que o presente lançamento foi efetuado porque a inscrição estadual do estabelecimento destinatário encontrava-se cancelada, conforme Termo de Apreensão e Ocorrências à fl. 05 e Dados Cadastrais do contribuinte à fl. 09/10 dos autos.

O cancelamento da inscrição estadual do contribuinte implica não ser o estabelecimento considerado inscrito enquanto persistir a pendência. Por isso, o tratamento previsto para os contribuintes com inscrição cancelada é o mesmo que se atribui a contribuinte sem inscrição, ou a mercadoria sem destinatário certo. Assim, a legislação estabelece que no primeiro posto fiscal de fronteira, deveria o contribuinte efetuar o pagamento do imposto.

Observo que as mercadorias têm como remetente empresa situada no Estado de Mato Grosso do Sul, estavam acobertadas pelas Notas Fiscais de números 130349 e 130313, emitidas em 27/12/2006 (fls. 11/12), e se destinavam ao autuado, cuja inscrição estadual efetivamente encontrava-se cancelada na data de emissão dos documentos fiscais, conforme extrato INC às fls. 09/10, pelo motivo descrito no art. 171, inciso I, do RICMS/97 (quando ficar comprovado, através de diligência fiscal, que o contribuinte não exerce atividade no endereço indicado) fato não contestado pelo autuado nas razões de defesa.

Em relação ao cometimento da irregularidade, em sua impugnação, o autuado alegou que houve equívoco no cálculo do imposto exigido, por entender que deveria ser considerado o crédito fiscal à alíquota de 12%, e não 7%, calculado pelo autuante. Informa que recolheu o imposto no valor de R\$547,82, conforme DAE à fl. 45.

Entretanto, não assiste razão ao autuado tendo em vista que foi consignado nos documentos fiscais objeto da autuação a observação no campo “Dados Adicionais”, de que as mercadorias foram retiradas do depósito fechado, situado em Itaquaquecetuba – São Paulo. Ademais, os Conhecimentos de Transporte à fl. 13 indicam que o local de emissão do mencionado documento foi São Paulo.

De acordo com o art. 13, inciso I, alínea “a”, da Lei 7.014/96, o local da operação para efeitos de cobrança do ICMS, tratando-se de mercadoria ou bem, é o do estabelecimento onde se encontrem, no momento da ocorrência do fato gerador. No caso em exame, o fato gerador do imposto ocorreu quando da saída das mercadorias do depósito em São Paulo, para o autuado neste Estado. Portanto, considerando que a mercadoria foi remetida do depósito situado em São Paulo, está correta a alíquota correspondente ao crédito fiscal utilizado no cálculo do imposto exigido, conforme demonstrativo elaborado pelo autuante à fl. 07.

Ficou caracterizado que houve aquisição da mercadoria quando a inscrição estadual do autuado encontrava-se cancelada, e no caso de requerimento de reinclusão cadastral na repartição fiscal, o autuado deveria aguardar o deferimento de seu pedido para realizar quaisquer operações. Entendo que está comprovada a infração apurada, sendo devido o imposto exigido no presente lançamento.

Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração, devendo ser homologado o valor já recolhido (fl. 54).

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **088444.1211/06-4**, lavrado contra **ANTÔNIO DA SILVA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$873,91**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, devendo ser homologado o valor já recolhido.

Sala das Sessões do CONSEF, 14 de maio de 2007.

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA – PRESIDENTE/RELATOR

OSMIRA FREIRE DE CARVALHO RIBEIRO DA SILVA - JULGADORA

OLAVO JOSÉ GOUVEIA OLIVA - JULGADOR